

Sindsep realiza palestras sobre Negociação Coletiva e Orçamentos e Investimentos Públicos

O Sindsep vai realizar amanhã, 13 de setembro, as palestras sobre Negociação Coletiva 2024/2025 – O que esperar?, com Sérgio Ronaldo (secretário geral da Condsef), e Orçamentos e Investimentos Públicos, Guilherme Zagallo (Assessor Jurídico do Sindsep/MA).

O evento vai acontecer no Auditório do Ministério da Saúde, a partir de 09h, no Jaracaty.

O QUE ESPERAR?

PARTICIPAÇÃO
GUILHERME ZAGALLO
ASS. JURÍDICO DO SINDSEP/MA
TEMA: ORÇAMENTOS E INVESTIMENTOS PÚBLICOS

SINDSEP MARANHÃO
SINDECA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHÃO

PALESTRANTES | **SÉRGIO RONALDO DA SILVA**
Secretário Geral da Condsef/Fenadsef

AUDITÓRIO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE | **13 SET** | **09 H**
Av. Professor Carlos Cunha, s/n, Jaracaty, São Luis/MA

Redes Antirracistas tem edital exclusivo para projetos da Rede Federal

O Projeto Redes Antirracistas do Ministério da Igualdade Racial lançou edital para apoio a 40 projetos distribuídos pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que visem promover políticas públicas que combatam a discriminação racial e promovam a igualdade de oportunidades para pessoas negras e outros segmentos étnico-raciais que enfrentam desigualdades históricas no Brasil. A seleção pública para a Rede Federal está sendo coordenada pelo Instituto Federal de Brasília (IFB) com a gestão administrativa e financeira da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec).

Conforme o edital lançado pela Finatec, as instituições e grupos interessados devem se manifestar até o dia 30 de setembro. Os projetos podem ser nas modalidades de Ensino, Pesquisa e Extensão. As bolsas são para o período de até 12 meses

com o valor de R\$ 1.500,00 para pesquisadores/extensionistas doutores, R\$ 1.400,00 para mestres e R\$ 400,00 para estudantes.

As propostas selecionadas deverão abordar temáticas relacionadas à equidade racial, inclusão social e promoção da diversidade, incentivando ações que possam ser replicadas em outras instituições da rede e que contribuam para o desenvolvimento de metodologias de ensino e extensão inovadoras e antirracistas.

O Projeto Redes Antirracistas é uma resposta direta aos desafios enfrentados por populações negras e outros grupos étnico-raciais no Brasil. Ele se insere no escopo das polí-

REDES ANTIRRACISTAS

Inscrições abertas para projetos da Rede Federal

Prazo: 8/9/2024
IFB.EDU.BR

APOIO: FINATEC
REALIZAÇÃO: INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL
GOVERNO FEDERAL BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

ticas públicas do Ministério da Igualdade Racial, que busca erradicar a discriminação racial e criar condições para a igualdade de oportunidades. Por meio dos editais, espera-se fomentar o desenvolvimento de conhecimentos e práticas que fortaleçam a educação antirracista, promovam a inclusão social e ampliem o acesso de grupos historicamente marginalizados às oportunidades educacionais e profissionais.

Fonte: IFMA

Eleições 2024: não aceite nenhum tipo de assédio eleitoral no seu trabalho

Casos de assédio eleitoral, que consistem em coação de patrões e gestores aos trabalhadores e trabalhadoras para que votem em candidatos de sua conveniência, não são exatamente uma novidade. Na história, muito já se ouviu falar sobre o voto de cabresto, prática em que ‘coronéis’ obrigavam a população a votar em determinados candidatos.

O termo ‘voto de cabresto’ é uma analogia a um animal sendo guiado por um cabresto, fazendo com que ele siga o sentido que seu condutor quer. Infelizmente isso ainda é uma prática recorrente em regiões mais carentes do Brasil. Mas não só. No mundo moderno a prática tem tomado outras formas nos mais variados ambientes de trabalho, o que é ilegal e empresas têm sido multadas e os assediadores processados criminalmente. Conheça casos abaixo.

Para que esse tipo de ação não aconteça mais e que haja punição até com prisão a quem tente obrigar o trabalhador a votar em candidatos defendidos pelos patrões que as centrais sindicais CUT, Força Sindical, NCST, UGT, CTB, CSB, Pública e Inter-sindical, junto com o Ministério Público do Trabalho (MPT), abriram um canal de denúncias sobre assédio eleitoral nas eleições municipais de 2024.

Com o título "O voto é seu e tem sua identidade" a campanha visa alertar o trabalhador sobre o assédio para que a disputa eleitoral seja justa e embasada na liberdade absoluta de escolha.

A campanha utiliza vídeos,

spots de rádio e cards na internet como ferramentas de ação. E mais: para quem quiser denunciar o assediador, de maneira segura e sem se expor, pode fazer isso por um aplicativo de celular e um site específicos para tal.

Uma cartilha sobre o tema também traz todas as informações e orientações sobre a prática para facilitar as denúncias, protegendo os funcionários de empresas privadas, terceirizados e servidores públicos. Outros materiais, como cards e stories para redes sociais podem ser acessados no link Combate ao assédio eleitoral nas relações de trabalho.

Patrões multados após denúncias

Milhares de denúncias reforçam a necessidade de alertar os trabalhadores sobre esse tipo de prática. Desde 2018 casos têm ganhando notoriedade por causa da explosão da polarização política promovida pela extrema direita no país. A fim de tomar o poder e, se perpetuar nele, empresários alinhados a essa ideologia passaram a coagir trabalhadores para que votassem em seus candidatos, em especial, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Alguns casos clássicos denunciados em 2022 foram o da empresa de eletrodomésticos Britânia, em Curitiba (PR), que foi condenada pela Justiça do Trabalho a pagar uma indenização de R\$ 50 mil e a reverter a demissão por justa causa de uma trabalhadora que durante home office, postou no X (antigo Twitter) que, fora da empresa, não precisava usar a camiseta com alusão a Jair Bolsonaro (PL).

Na ação, a trabalhadora com-

provou que no auge da disputa eleitoral a empresa utilizou meios de comunicação internos para fazer publicidade de seu candidato, Bolsonaro. Além disso, o presidente da empresa, César Buffara, visitava os setores e proferia discursos enaltecendo a sua posição política e criticando a oposição ao então candidato à presidência da República.

Ainda em 2022 e também no Paraná, a Justiça barrou uma ação de empresários ligados ao agronegócio. O diretor-presidente da Cooperativa Agroindustrial Lar, sediada em Medianeira e que tem cerca de 12 mil associados e 24 mil trabalhadores na base, enviava mensagem aos funcionários, via WhatsApp, pedindo votos para Bolsonaro.

O texto da mensagem, enviada por Irineo da Costa Rodrigues em forma de documento, com timbre da empresa, incitava os funcionários a votarem no candidato sob a argumentação de que a direita, representada por Bolsonaro, “cultivava valores” e a esquerda, representada por Lula, iria na direção do “que há de pior”.

A rede foi condenada a pagar mais de R\$ 85 milhões por intimidar seus trabalhadores e trabalhadoras para que votassem em Jair Bolsonaro (PL) na eleição de 2018. A intimidação não se dava apenas pelo uso da camiseta, mas também por outros meios internos como ‘lives’ de gerentes, ameaçando demissão em massa, caso Bolsonaro não fosse eleito.

Fonte: CUT